

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NITERÓI/RJ.**

Recuperação Judicial

(art. 47 da Lei nº 11.101/2005)

Requerimento de parcelamento de custas

ENAVAL – ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE

LTDA (“**Enaval**” ou “**Requerente**”) (doc. 03), sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 02.445.332/0001-05, com sede na Rua Miguel Lemos, nº 87, Ponta D’Areia, Niterói/RJ – CEP: 24020-260, vem, por seus advogados abaixo assinados, regularmente constituídos (doc. 01), com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), impetrar pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** pelas relevantes razões de fato e de direito que passa a expor:

**I. DA EXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO DE
FALÊNCIA – PREVENÇÃO DO JUÍZO**

1) Antes da exposição das razões que justificam o presente pedido de Recuperação Judicial, cabe à Requerente informar a existência de Requerimento de Falência autuado sob o nº 0024958-10.2021.8.19.0002, perante a 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói/RJ, distribuído em 24/06/2021 pela empresa TSL ENGENHARIA MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL S/A, sob o argumento de que a ENAVAL seria devedora da quantia histórica no valor

de R\$ 164.490,44 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e quarente a quatro centavos). - Doc. 19.

2) Diante disso, a ENAVAL apresentou tempestiva Contestação (doc. 20), aduzindo, em apertada síntese, que o requerimento de falência teria sido intentado com base no art. 94, I, da Lei n. 11.101/05, entretanto, a empresa Autora pretendia, em verdade, receber o crédito fundado em título que ensejaria Execução, sendo o pedido de quebra da Enaval uma medida desproporcional. Ademais, ressaltou de forma totalmente transparente, que a Enaval já estava buscando “*consultoria especializada em assessoria financeira e auxílio para sua recuperação*”.

3) Embora a autora TSL ENGENHARIA tenha sido tacitamente intimada “em réplica” em 13/06/2022, foi certificado no Requerimento de Falência, em 13/09/2022, que os autos estavam “*paralisados, com prazo esgotado, permanecendo em cartório sem movimentação.*”. (doc. 21). Ato contínuo, em 14/09/2022, a TSL ENGENHARIA se manifestou somente no sentido de dar ciência à Contestação e “*REITERAR os termos da exordial requerendo o regular prosseguimento do feito.*” (doc. 22), sem que tenham ocorrido novas movimentações no processo até a presente data.

4) Neste caminho, destaca-se que o § 8º do art. 6º da Lei 11.101/2005, alterado pela Lei 14.112/2020, disciplina que “***A distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial ou a homologação de recuperação extrajudicial previne a jurisdição para qualquer outro pedido de falência, de recuperação judicial ou de homologação de recuperação extrajudicial relativo ao mesmo devedor.***”

5) Diante disso, a Requerente pondera ser prevento o d. Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Niterói/RJ.

6) Contudo, na eventualidade de assim não se entender, pondera-se pela distribuição da presente Recuperação Judicial a qualquer Juízo da Comarca de Niterói/RJ, tendo em vista que, na forma do art. 3º da Lei 11.101/2005, “*É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.*”, sendo certo que a sede da Enaval está localizada no município de Niterói.

Dessa forma, por qualquer prisma que se observe, não há dúvidas quanto à competência de um dos Juízos da Comarca de Niterói/RJ para o processamento e julgamento deste pedido de Recuperação Judicial, pelo que a Requerente pugna pelo seu recebimento.

II. DA CONSTITUIÇÃO DA ENAVAL

7) A Enaval iniciou suas atividades no ano de **1998**, como se verifica de seu 1º registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA), mantendo-se ativa até a presente data, como se comprova da última alteração estatutária devidamente arquivada na JUCERJA (doc. 2).

8) Logo, como se verifica, a Requerente é constituída há mais de **24 (vinte e quatro) anos**, atendendo o requisito legal previsto no *caput* do art. 48 da LRF.

9) Uma vez comprovada a constituição e o pleno regularidade do registro dos atos constitutivos da Enaval, torna-se necessário expor o objeto social da Requerente.

III. DO OBJETO SOCIAL E DA ADMINISTRAÇÃO DA REQUERENTE

10) De acordo com a **segunda cláusula** de seu Contrato Social, a Enaval possui como atividade empresarial o seguinte:

*“(...) e o **seu objetivo comercial** é: a realização de obras de construção e montagem industrial, infraestrutura nas áreas civil, naval, offshore, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural; a manutenção de máquinas e equipamentos nas áreas civil, naval, offshore, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural. A manutenção e reparação de embarcações. Fabricação e montagem de equipamentos nas áreas civil, naval, offshore, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural, a comercialização de máquinas, equipamentos, produtos e materiais nas áreas naval, civil, offshore, industrial, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural; a prestação de serviços metalúrgicos de construção e reparos nas áreas civil, naval, offshore, industrial, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural; a realização de serviços de engenharia consultiva, tais como projetos, execução e consultoria nas áreas civil, naval, offshore, petroquímica, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural e a locação de máquinas, equipamentos, guarda de bens móveis, tais quais, máquinas, equipamentos, partes, peças e componentes e veículos nas áreas civil, naval, offshore, refinarias de petróleo e terminais de processamento de gás natural.”*

11) De acordo com a **terceira cláusula** de seu Contrato Social, o **capital social** da Enaval é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) dividido em 300.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor
Amauri Figueira Rodrigues	100.000	R\$ 100.000,00
Myriam Sgura	100.000	R\$ 100.000,00
Sergio Jorge Furley dos Santos	100.000	R\$ 100.000,00
Total	300.000	R\$ 300.000,00

12) Neste caminho, de acordo com a **quarta cláusula** de seu Contrato Social, a **administração** da Enaval “fica a cargo dos 3 (três) sócios, que farão uso do nome empresarial sempre em conjunto, sendo necessária a assinatura de pelo menos dois deles, vedado, no entanto, o seu uso em atividade se estranhas ao interesse social ou na assunção de obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros. A oneração ou a venda de bens imóveis da sociedade depende do que a maioria dos sócios decidirem.”

IV. DO HISTÓRICO DO RECORRENTE

13) A Enaval Engenharia Naval e Offshore LTDA. atua no ramo de serviços de Construção Naval e engenharia Offshore, upgrades e serviços de reparo e construção, montagem e manutenção desde 1998.

14) À época de sua fundação, o Brasil atravessava uma crise no setor naval e de construções offshore. Assim, pela iniciativa de 3 (três) executivos da indústria de construção naval e de plataformas de petróleo para produção de petróleo e gás, a Enaval surgiu atenta às demandas do mercado.

15) No final dos anos 90, o cenário brasileiro, sobretudo no aspecto offshore, contava com plataformas com longo tempo operação, razão pela qual a vida útil dos referidos equipamentos estava extremamente avançada.

16) Nesse contexto, a Enaval enxergou demanda para incremento das plataformas de acordo com os avanços tecnológicos do aludido período. Assim, a Enaval passou a oferecer os seguintes serviços: modificação, instalação e substituição de equipamentos, maximização de pessoas embarcadas com a ampliação de áreas habitáveis, novos camarotes (acomodações), áreas de lazer, além da rotineira manutenção das plataformas.

17) A experiência de seus fundadores, aliadas à capacidade de gestão, técnicas, conhecimento do setor e de clientes, foi fundamental para o estabelecimento da Enaval, consolidação da marca e crescimento ao longo dos anos.

18) Em 1998, ano de fundação da empresa, o primeiro contrato consistiu na troca de 2 guindastes, de 40 toneladas de capacidade, situados em uma plataforma de perfuração atracada em um estaleiro.

19) O referido trabalho, realizado em tempo recorde e com total segurança operacional, superou as expectativas do cliente e serviu como divulgação na Enaval no mercado marítimo.

20) Em 2002, a Enaval iniciou na área de construção de módulos para plataformas de produção de petróleo e gás. A partir deste tipo de trabalho, além do pessoal qualificado e capacidade de gerenciamento e supervisão, a Enaval maximizou seu quadro de funcionários.

21) Em 2005, a Enaval dispunha de uma força de trabalho de 550 funcionários e obteve o faturamento de R\$ 34.400.000,00, que corresponderam na ocasião a USD 15.000.000,00. Neste ano, a ENAVAL realizou a primeira exportação de Skids (pequenos módulos), sendo 4 equipamentos com peso total de 60 toneladas, destinados aos Estados Unidos.

22) No começo dos anos 2000, sobretudo entre os anos de 2005 e 2010, o ramo de construção de plataformas cresceu devido ao aumento do preço do petróleo e os investimentos da Petrobras na exploração de petróleo e gás. Por conseguinte, a demanda para construção de módulos e de modificações em plataformas já existentes cresceu consideravelmente.

23) Assim, em 2008, a Enaval começou suas atividades na cidade de Niterói/RJ, além de utilizar outros locais para construir os equipamentos necessários para honrar seus contratos.

24) Em 2011, a Enaval foi contratada para a construção de 8 (oito) módulos, tendo como prazo de entrega o período de 4 (quatro) anos. Nesta época, a empresa já estava nacionalmente consolidada no setor da construção módulos e fechou contratos para a produção deste equipamento.

25) Assim, até 2015, a Enaval entregou o total de 47 (quarenta e sete) módulos para diversas plataformas de petróleo que foram construídas ou tiveram sua construção finalizada no Brasil.

26) Vale dizer que as últimas 10 (dez) plataformas da Petrobras possuem, ao menos, 1 módulo fabricado pela Enaval.

27) Ao longo de sua história, a Enaval executou mais de 300 (trezentos) contratos, de modo que chegou a gerar um faturamento anual que variou de R\$50.000,00 (cinquenta milhões de reais) a R\$80.000,00 (oitenta milhões de reais).

28) Acerca do faturamento, vale mencionar que este subiu para o patamar de R\$ 150.000.000,000 (cento e cinquenta milhões de reais) por ano nos idos de 2017 e 2018 em função do contrato para aumento da capacidade de produção de gás da Plataforma de Mexilhão, nos campos do pré-sal da Bacia de Santos.

29) Merece destaque o fato da equipe de profissionais da Enaval ser altamente qualificada e norteadada pelos mais altos padrões de ética e de conformidade legal. Ademais, a gestão da empresa é pautada nos princípios éticos e baseado em valores institucionais.

30) Por todo o exposto, percebe-se que a Enaval possui vasto histórico de sucesso e empregou, por longo período de tempo, trabalhadores, razão pela qual sempre atingiu o ideal da função social da empresa, circulando riqueza e fornecendo serviço aos seus clientes e à sociedade.

V. DAS INSTALAÇÕES DA ENAVAL

31) Com o objetivo de demonstrar a este d. Juízo a solidez da Requerente, faz-se necessário demonstrar as instalações da mesma:

Fachada:



Vista aérea:



Galpão:



Área externa:



Área interna:



VI. DA MOMENTÂNEA CRISE ECONÔMICA-FINANCEIRA (LRF, art. 51, caput)

32) Apesar do robusto histórico de sucesso na contínua e ininterrupta atividade empresarial da Enaval, os fatores econômicos e financeiros do país refletiram em sua performance, resultando na atual situação de crise da empresa, exigindo o presente pedido de Recuperação Judicial para a superação das dificuldades enfrentadas, com vistas a sua preservação, de seus funcionários e dos seus encargos presentes e futuros, mantendo-se firme como agente relevante do cenário econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

33) Do ponto de vista externo, é inegável que desde o ano de 2014 o Brasil vem atravessando uma das mais difíceis crises econômico-

financeiras já vivenciadas, refletindo nos mais diversos setores da economia. Com a Construção Naval, infelizmente, não foi diferente.

34) Em 2014, verificou-se grande queda do preço do barril de petróleo, de modo que o patamar de cem dólares por barril despencou para quarenta dólares. Consequentemente, o nicho de mercado da Enaval foi afetado, sobretudo o setor de construção de plataformas e seus componentes. Naquele ano, a Enaval possuía contratos em andamento de construção de módulos de plataforma que mantiveram a normalidade da empresa, porém, diante da crise, não havia perspectiva de novas contratações neste segmento.

35) Nos anos de 2016 e 2017, o setor de construção de plataformas de petróleo no Brasil começou a declinar, reduzindo drasticamente esta demanda no país. Para adaptar-se, a Enaval investiu no segmento de manutenção *offshore*, e de obras de modificações e ampliação de plataformas de petróleo existentes já em operação.

36) Contudo, em 2018, a queda no setor já era uma realidade para o ramo da Enaval, tendo repercutido de forma negativa e intensa nas atividades da empresa em 2019.

37) Havia uma expectativa de melhora no cenário de crise para o ano de 2020, entretanto, restou frustrada em razão da decretação do estado de Calamidade Pública pelo Governo Federal, devido à Pandemia do COVID-19, acarretando na suspensão e restrição de muitas atividades, incluindo as de manutenção e modificações nas plataformas de petróleo exercida naquele momento pela Enaval.

38) Como cedição, a Pandemia do COVID-19 causou danos a diversos seguimentos de negócios no Brasil e no mundo, tendo sido a Enaval duramente afetada, com redução drástica de faturamento.

39) Diante do retrocesso econômico, foram necessárias adoções de medidas extremas, pois houve grande queda no número de empregos e investimentos.

40) Em 2021, a construção de plataformas de petróleo começou a reaquecer no Brasil, com a contratação pela Petrobras e por empresas petroleiras internacionais que operam no Brasil.

41) Espera-se que um volume expressivo de obras de componentes para estas plataformas sejam feitas no Brasil em meados de 2022/início de 2023, com provisão pelos próximos 8 (oito) anos e até mais.

42) Portanto, embora a Pandemia enfrentada mundialmente tenha gerado repercussões negativas não só nas áreas da saúde, mas também em diversos aspectos sociais, políticos e, principalmente, econômicos, aos poucos o Brasil vem retomando a economia e a Enaval vem resistindo às dificuldades financeiras temporariamente enfrentadas.

VII. DO POTENCIAL DE SUPERAÇÃO DA CRISE

43) Não obstante a momentânea crise pela qual atravessa, está é plenamente superável, em razão do potencial da Requerente, para o qual concorre o “*know-how*” que possui ao longo de todos esses mais de 24 (vinte e quatro) anos de contínua e ininterrupta atividade no ramo naval.

44) Cumpre, nesse prognóstico, assinalar que a Requerente possui cabedal, de cunho material e humano, suficiente à continuidade das suas atividades.

45) Ademais, um fato relevante e alentador é que o setor de óleo e gás, nicho atendido pela Requerente, a partir do início de 2020 voltou a crescer em escala mundial devido ao aumento do preço do petróleo.

46) Ademais, em escala nacional, verifica-se que o cenário atual está reaquecendo e com novas demandas provenientes de investimentos da Petrobras e de outras empresas estrangeiras do setor petroquímico que atuam em território nacional.

47) Nesse cenário, vale dizer, a demanda atendida pela Enaval, isto é, a construção de componentes e módulos para plataformas, ganhará solidez no final do presente ano.

48) De imediato, importa esclarecer que a Enaval assinou um novo contrato de serviços e manutenção com a Petrobras, de modo que a receita proveniente deste negócio contribuirá para o aumento das receitas. Contudo, o momento atual é de extrema dificuldade para que a Requerente consiga alavancar a execução dos projetos diante do escasso fluxo de caixa.

49) Sobre a Petrobras, empresa que alavanca todo o setor atendido pela Enaval, importa destacar trecho do Plano Estratégico 2022-2026¹ que, por seu turno, confere lastro às expectativas da Enaval em

¹ <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/nosso-plano-estrategico-2022-2026-amplia-investimentos-para-us-68-bilhoes.htm>

participar de novos negócios e superar a momentânea crise-financeira.
Veja-se:

Novas plataformas

No segmento de E&P, investiremos US\$ 57 bilhões entre 2022 e 2026. Para o período está prevista a entrada em operação de 15 novas plataformas em seis campos, com mudança na estratégia de contratação de unidades afretadas por próprias em alguns dos projetos.

Foi mantida a premissa destacada no plano passado de resiliência da carteira de investimentos do E&P, de maneira que todos os projetos considerados apresentam viabilidade econômica em cenário de preço do petróleo de US\$ 35 por barril no médio e longo prazo. Esta premissa reforça o foco da Petrobras em ativos competitivos em cenários acelerados de transição.

A produção de óleo e gás estimada para 2022 e 2026, respectivamente, é de 2,7 e 3,2 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

50) Assim, a Enaval olha para o futuro próximo com a certeza de que irá maximizar a quantidade de contratos firmados, atingindo o soerguimento e, simultaneamente, envida esforços estrategicamente para reduzir custos.

51) Também vale destacar a nova tecnologia de geração de energia eólica no mar que já conta com projetos para serem desenvolvidos no Brasil. A Enaval, com a sua expertise, poderá se apresentar neste novo setor como um dos principais fornecedores de equipamento.

52) Diante do exposto, é possível afirmar que são concretas as possibilidades de soerguimento da Enaval para que a empresa volte a gerar empregos e reconquiste seu poder de competição no mercado.

VIII. DOS REQUISITOS E DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

53) A Requerente comprova o preenchimento de todos os requisitos legais para o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, em conformidade com a Lei nº 11.101/2005.

54) **ART. 48, CAPUT.** A Requerente exerce, regularmente, suas atividades há mais de 2 (dois) anos, fato comprovado com o incluso cadastro da Receita Federal de sua sede (doc. 03).

55) **ART. 48, INCISOS I, II E III.** A Requerente nunca foi falida, jamais requereu concessão de Recuperação Judicial, nem mesmo com base em plano especial, fato comprovado com as respectivas e inclusas certidões expedidas pelos Distribuidores Cíveis e de Interdições e Tutelas (doc. 04).

56) **ART. 48, INCISO IV.** Os administradores da Requerente jamais foram condenados por quaisquer dos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005, afirmação comprovada por certidões negativas dos Distribuidores Criminais e de Interdições e Tutelas de onde residem e da Justiça Federal (doc. 05).

57) **ART. 51, INCISO I.** As causas concretas do pedido estão expostas, minuciosamente, no precedente Capítulo VI desta petição inicial.

58) **ART. 51, INCISO II.** A Requerente acosta as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais de 2019, 2020,

2021 e balanço do primeiro trimestre de 2022 (doc. 06) levantadas especialmente para instruir o pedido, compostas de balanço patrimonial, demonstração de resultado acumulados, demonstração do resultado desde o último exercício social e relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção.

59) **ART. 51, INCISO III.** A Requerente anexa a relação nominal completa dos credores (doc. 07).

60) **ART. 51, INCISO IV.** A Requerente junta a relação integral dos empregados, com suas funções e salários do mês de competência (doc. 08).

61) **ART. 51, INCISO V.** A Requerente acosta Contrato Social e a última Alteração Contratual, registrados na JUCERJA (doc. 02).

62) **ART. 51, INCISO VI.** Invocando o direito constitucional ao sigilo fiscal, pugna a Requerente que a declaração do IRPF dos sócios (doc. 09), apresentada em petição avulsa, diretamente na serventia do cartório, em cumprimento ao art. 51, VI, da Lei nº 11.101/2005, seja recebida e devidamente acautelada em Cartório, sob segredo de justiça, de modo que o acesso a elas fique restrito a esse MM. Juízo, ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

63) **ART. 51, INCISO VII.** A Requerente procede, também, à juntada dos extratos das suas contas bancárias (doc. 10).

64) **ART. 51, INCISO VIII.** A Requerente apresenta a certidão dos Cartórios de Protestos de Niterói/RJ referentes a sua sede. (doc. 11).

65) **ART. 51, INCISO IX.** Por derradeiro e dando cumprimento integral ao art. 51 da Lei nº 11.101/2005, a Requerente junta a relação das ações judiciais nas quais figura no polo ativo e no polo passivo (doc. 12).

66) A Requerente procede, adicionalmente, à juntada **(i)** dos contratos bancários que tenham garantia real (doc. 13); **(ii)** das certidões do 1º distribuidor da Comarca de Niterói/RJ (doc. 14); **(iii)** certidões da Justiça Federal (doc. 15); **(iv)** Certidões da Justiça do Trabalho (doc. 16); **(v)** relação de bens (doc. 17); **(vi)** fotos das suas instalações (doc. 18); e **(vii)** instrumento de procuração outorgado aos seus patronos (doc. 1)

IX. OPORTUNA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

67) A Requerente informa que seu Plano de Recuperação Judicial será devidamente apresentado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de publicação da decisão que deferir o processamento deste pedido de Recuperação Judicial, conforme art. 53 da LRF.

68) No momento da apresentação do Plano serão demonstrados pormenorizadamente os meios de recuperação, bem como sua viabilidade econômico-financeira e o laudo de avaliação de bens da Requerente.

X. DO NECESSÁRIO PARCELAMENTO DAS CUSTAS INICIAIS

69) Como exposto amplamente na presente exordial, a Enaval vive momentânea, porém grave, crise financeira, de modo que o

pagamento das custas iniciais ao processo de Recuperação Judicial (aproximadamente 70 mil reais) se apresenta, neste momento, como medida que coloca em risco o fluxo de caixa da empresa.

70) Nessa esteira, vale consignar que a Enaval está em funcionamento e empregando mão de obra qualificada à entrega de seus serviços que, vale dizer, são de extrema importância para a indústria naval, sobretudo a do Estado do Rio de Janeiro.

71) Apesar da momentânea crise-financeira que leva a Enaval a impetrar o presente pedido de Recuperação Judicial, a manutenção da qualidade de seu serviço segue como prioridade. Contudo, há de se lançar luz sobre o constrito fluxo de caixa da Enaval com a finalidade de evidenciar a este d. Juízo que o pagamento integral das custas processuais comprometeria a saúde financeira da empresa no curto prazo e, por conseguinte, dificultaria a empresa a adimplir os compromissos que já se encontram ajustados ao orçamento.

72) Dessa forma, o pagamento integral das custas iniciais inerentes a este pedido de Recuperação Judicial configura impedimento de acesso à jurisdição e afronta ao princípio da preservação da empresa, situação que é comprovada pelos demonstrativos contábeis que instruem a presente exordial.

73) Nessa esteira, cumpre informar que a possibilidade de **parcelamento** das custas aqui suscitadas é plenamente possível, com fulcro no art. 98, § 6º do CPC:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários

advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

74) No âmbito da Recuperação Judicial, tal possibilidade vem sendo acolhida pela Jurisprudência pátria, como depreende-se dos julgados elencados abaixo:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Rejeição de pedido de diferimento de custas. Decisão mantida. Caso, no entanto, que comporta a concessão do parcelamento em quatro vezes, à luz do princípio da preservação da empresa. Inteligência do §6º do art. 98 do NCPC. RECURSO PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO.²

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Rejeição de pedido de diferimento de custas. Decisão mantida - Entretanto, em virtude do alto valor da causa (R\$ 6.875.000,00) - O recolhimento do valor das custas alcançou o montante máximo de 3.000 UFESP's (R\$ 87.270,00) - Possível o impacto de forma onerosa no caixa da agravante, o qual já se encontra em estado crítico, o que pode se extrair do próprio pedido de recuperação judicial - Precedentes dessa Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial e do E. Tribunal de Justiça - Todos os credores (inclusive trabalhistas) ficarão muito mais prejudicados, segundo as máximas da experiência (Art.375, CPC de 2015), se a agravante vier a ingressar em processo de falência - Observância ao princípio da preservação da empresa, e da atividade produtiva, no caso concreto comporta na concessão do

² TJSP - Agravo de Instrumento 2229389-51.2019.8.26.0000; Relator (a): AZUMA NISHI; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Americana - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/03/2020; Data de Registro: 05/03/2020

parcelamento das custas iniciais, nos termos do art. 98, § 6º, do CPC de 2015.³

75) Outrossim, é plenamente aplicável ao caso da Enaval a inteligência do art. 8º do CPC:

Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

76) Assim, a Enaval requer a este d. Juízo Recuperacional deferimento do **parcelamento das custas iniciais em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas**, sendo a primeira parcela adimplida em até 15 (quinze) dias após a publicação da decisão que conceder o aludido pleito.

XI. DO PEDIDO

77) Diante do exposto, a Requerente Enaval confia que V. Exa. irá deferir o processamento de sua Recuperação Judicial e, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005 irá:

- (i) Nomear o Administrador Judicial;
- (ii) Determinar a suspensão de todas as ações e execuções contra a Requerente;

³ Agravo de Instrumento 2127583-02.2021.8.26.0000; Relator (a): JANE FRANCO MARTINS; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do Julgamento: 16/07/2021; Data de Registro: 16/07/2021

(iii) Determinar a intimação do Ministério Público e a comunicação, por carta, às Fazendas Públicas;

(iv) Determinar a expedição do Edital para publicação no órgão oficial, nos termos do § 1º do art. 52 da Lei de Recuperação Judicial, estando a Requerente ciente de que deverá apresentar contas demonstrativas mensais enquanto durar o processamento da Recuperação Judicial.

78) Ademais, sem prejuízo do deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, requerem seja concedido prazo adicional de 15 (quinze) dias, para que possam apresentar eventuais documentos complementares, caso necessários.

79) Diante dos fatos narrados, a Enaval requer a este d. Juízo Recuperacional deferimento do parcelamento das custas iniciais em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela adimplida em até 10 (dez) dias após a publicação da decisão que conceder o aludido pleito.

80) Por fim, a Requerente informa que seus patronos têm endereço na Avenida Marechal Câmara, nº 271, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, local em que poderão receber intimações, e requer que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome de **JULIANA BUMACHAR**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 113.760, **sob pena de nulidade** (CPC, art. 272, § 5º).

81) Atribui-se à causa o valor de R\$ 26.413.703,04 (vinte e seis milhões, quatrocentos e treze mil, setecentos e três reais e quatro centavos).

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2022.

Juliana Bumachar
OAB/RJ 113.760

Hayna Bittencourt
OAB/RJ 174.213

Canrobert B. B. De Moraes
OAB/RJ 127.505

Victor Assumpção
OAB/RJ 238.668

ENAVAL – ENGENHARIA NAVAL E OFFSHORE LTDA.
CNPJ 02.445.332/0001-05